



Margem de erro André Santos Pereira

O álibi da maioria relativa

O mérito é centralizado, a responsabilidade é distribuída. Entre ambos está a história deste Governo. As eleições antecipadas de 2025 reforçaram a Aliança Democrática, mas não lhe deram maioria absoluta. Um mandato reforçado, mas condicionado, após o primeiro Governo de Montenegro ter caído numa moção de confiança ligada à controversa Spinumviva.

A confiança reforçada começava onde a confiança política tinha acabado. Na tomada de posse, Montenegro apresentou a estabilidade como condição para reformar. Pouco mais de um ano depois, no debate do Estado da Nação, apresentou a instabilidade como explicação para não o ter conseguido. Acusou PS e Chega de formarem uma coligação negativa, atribuiu-lhes mais de 1200 milhões de euros de despesa permanente e responsabilizou-os por travar nova descida do IRS. Kent Weaver chamou *blame avoidance* a esta estratégia: perante a censura, os governantes procuram dispersar a responsabilidade pelos resultados. É essa lógica que atravessa o que se segue.

A oposição deve responder pelo que aprova e pelos custos que impõe. Mas um Executivo minoritário não pode tratar o Parlamento como trataria uma tempestade, uma guerra no Médio Oriente ou outro choque externo. O Parlamento não é uma circunstância que aconteceu ao Governo, é a condição institucional em que este pediu para governar. Governar sem maioria não é governar sem responsabilidade. É negociar, escolher prioridades e construir as coligações necessárias para as concretizar. Dois momentos recentes confirmam-no. Em julho de 2025, a redução de 500 milhões de euros em IRS foi aprovada por PSD, CDS, Chega, IL e PAN, com as

abstenções do PS e do JPP. Um ano depois, quando nova descida não avançou, o insucesso passou a pertencer aos partidos que não a viabilizaram. A mesma lógica repete-se na alteração da Lei da Nacionalidade, aprovada por PSD, CDS, IL e Chega, e na reforma laboral Trabalho XXI, apresentada como a grande reforma económica da legislatura e chumbada após quase um ano de negociação e duas greves gerais, a 11 de dezembro e a 3 de junho.

Isso não prova que a Lei da Nacionalidade fosse boa, nem que o Trabalho XXI fosse mau. Mostra que, sem maioria absoluta, o mérito é governamental quando há maioria e a responsabilidade torna-se parlamentar quando deixa de haver. A capacidade reformista mede-se pelas maiorias que o Governo constrói, e o fracasso negocial não é culpa exclusiva do Executivo, mas também não é fatalidade exterior à ação governativa.

Na correção digital dos Exames Nacionais, esse álibi não estava disponível. Não havia chumbo ou recomendação parlamentar a que atribuir o problema. Nenhum partido decidiu generalizar o sistema sem que fosse conhecida uma avaliação do projeto-piloto. Nenhuma coligação negativa provocou falhas de digitalização, atrasos nas classificações ou revisões de notas. Antes de reconhecer a falha do Estado, Fernando Alexandre invocou a escassez de professores-classificadores, remeteu responsabilidades para o Júri Nacional de Exames e pediu mais um esforço aos diretores escolares. Esta transferência do erro para uma entidade sem rosto é o que Christopher Hood chamou estratégia de agência.

O padrão não se esgota na Educação. Ana Paula Martins apresentou Umo Cani, a grávida guineense que morreu com a filha recém-nascida, como

recém-chegada e sem acompanhamento clínico. Dias depois, soube-se que era seguida nos cuidados primários e fora referenciada ao hospital por risco obstétrico. Palma Ramalho acusou mães de abusarem da dispensa para amamentação até à entrada dos filhos na escola, sem citar um caso. A Autoridade para as Condições do Trabalho não tinha registo de qualquer utilização ilegal da dispensa por trabalhadoras nos cinco anos anteriores; identificara, em contrapartida, 23 incumprimentos de empresas. Agora, a mesma ministra admitiu que o aumento de 44% das baixas por doença invocado pelo Governo estava errado, mas atribuiu a incorreção ao Centro de Relações Laborais. Nestes, o foco da responsabilidade deixava de incidir numa entidade sem rosto para recair sobre as próprias pessoas afetadas.

Em todos estes casos há a mesma assimetria. Quando uma medida avança, o Governo apresenta-a como prova da sua capacidade reformista. Quando falha, o Parlamento, a Administração ou os cidadãos surgem como explicação. Essa distância entre retórica e percepção é agora visível na opinião pública: 60% atribuem ao Executivo pouca ou nenhuma capacidade reformista. A maioria relativa facilita esta narrativa, mas não a justifica. Precisamente porque o Governo não dispõe de maioria absoluta, negociar deixa de ser um complemento da ação governativa e passa a ser uma das suas principais responsabilidades.

Uma maioria relativa não suspende a responsabilidade; torna-a mais exigente. O Governo responde pelo que decide, pelas maiorias que constrói e pelas que não consegue construir.

A confiança foi reforçada nas urnas. A responsabilidade não pode continuar distribuída.

Professor universitário e analista político



nova
edição

ASSINE
A WOMEN'S HEALTH PAPEL

APENAS ~~22,80€~~
18,20€/6 EDIÇÕES

LIGUE 219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA. VALORES COM IVA INCLUIDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 31 DE JULHO DE 2026, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).



menshealth.pt